

Apresentação

DOI: 10.5965/1984723817352016005

<http://dx.doi.org/10.5965/1984723817352016005>

Regina Celia Linhares Hostins
Marcia Denise Pletsch

Os últimos anos testemunham o avanço expressivo de políticas públicas que visam à garantia dos direitos sociais e educacionais de pessoas com deficiências e outras condições atípicas do desenvolvimento. A deliberação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, a partir de 2008, confirma essas tendências, especialmente por evidenciar entre suas orientações: os referenciais nacionais para a construção de sistemas educacionais e a organização de escolas inclusivas; o público-alvo da Educação Especial; a inclusão em todos os níveis de ensino – da educação infantil ao ensino superior; o atendimento educacional especializado – em salas de recursos multifuncionais – SRM; o perfil dos docentes para atuar neste serviço e suas atribuições (BRASIL, 2008).

Nesse contexto, é importante compreender como os governos têm articulado as diretrizes mais gerais da política com os seus programas e políticas educacionais, como as redes de ensino têm traduzido essa política e se organizado para oferecer o Atendimento Educacional Especializado em articulação com os processos de escolarização e qual o impacto dessa política na educação das pessoas com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Em outros termos, decorridos oito anos de implantação, parece relevante analisar as diferentes interpretações e traduções dessa política no campo educacional – nas redes estaduais e municipais, nas escolas e na academia – de modo a construir um corpo teórico e metodológico que auxilie a compreensão das diferentes dimensões que envolvem as políticas e as práticas sociais de garantia de direitos. Esse movimento possibilita entender

também o papel da Educação Especial como modalidade de ensino que perpassa os demais níveis da Educação.

Desse modo, a organização do presente Dossiê, com foco na organização e na oferta do Atendimento Educacional Especializado nas escolas comuns de ensino, tem como propósitos: trazer para o debate os avanços e as problemáticas que envolvem a interpretação e a tradução da política de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva no contexto da escola, divulgar a produção científica na área e fomentar a elaboração de políticas públicas educacionais para esse público.

Nesse contexto, o Dossiê que ora apresentamos está organizado em dez artigos de diferentes regiões do país. O primeiro artigo “O lugar do Atendimento Educacional Especializado nas práticas culturais de escolarização em contextos de inclusão escolar”, de autoria de Cristiane Silva, Regina Célia Linhares Hostins e Regina da Silva Mendes, problematiza o lugar e o papel do AEE no processo de escolarização, tomando como objeto de discussão as orientações da política de Educação Especial, os estudos sobre práticas culturais de escolarização e de elaboração conceitual na escola, como uma das possibilidades de se pensar práticas convergentes e transversais de inclusão escolar.

O segundo artigo intitulado “Ações da Educação Especial no contexto da escolar regular: problematizações sobre a inclusão de alunos com deficiência intelectual”, de Eliana da Costa Pereira de Menezes e Sabrina Fernandes Castro, apresenta, a partir de experiências vivenciadas no programa de iniciação à docência, reflexões sobre a atuação do professor de Educação Especial frente ao aluno com deficiência intelectual no contexto da escola inclusiva, a partir dos sistemas de apoio evidenciados no conceito de deficiência intelectual apresentado pela Associação Americana de Deficiências Intelectual e do Desenvolvimento (AAIDD, 2002). As autoras defendem a continuidade de pesquisas que articulem as proposições da AAIDD às diretrizes para a Educação Especial presentes nos documentos legais e aos embasamentos teóricos da perspectiva vygotskiana, para ampliar as possibilidades de desenvolvimento, inserção educacional e social das pessoas com deficiência intelectual.

O artigo de Enicéia Gonçalves Mendes, Gabriela Tannus-Valdão e Josiane Beltrami Milsanesi, intitulado “Atendimento Educacional Especializado para estudante com deficiência intelectual: os diferentes discursos dos professores especializados sobre o que e como ensinar”, apresenta uma perspectiva histórica sobre as diferentes correntes que fundamentaram e fundamentam as práticas curriculares dirigidas para estudantes com deficiência intelectual. Em seguida, a partir de dados de um estudo nacional, mostram as diferentes tendências curriculares presentes nos discursos de professores do Atendimento Educacional Especializado para pessoas com deficiência intelectual, os quais enfatizam desde atividades de vida diária, atividades lúdicas e de lazer, uso de recursos tecnológicos, reforço do conteúdo acadêmico da classe comum, adaptações focadas no conteúdo acadêmico simplificado, atividades psicomotoras, leitura e escrita, até atividades que envolvem o desenvolvimento de habilidades cognitivas superiores.

Em seguida, Annie Gomes Redig e Flávia Faissal de Souza abordam tema pouco pesquisado no Brasil com o artigo “O Atendimento Educacional Especializado na modalidade domiciliar: funcionamento e organização”. As autoras, a partir de uma investigação guiada pelos pressupostos da pesquisa-ação, apontam, entre outros aspectos, para a necessidade de formação docente que contemple a diversidade e as implicações desse tipo de atendimento, a reorganização escolar para o funcionamento dessa prática, articulando o trabalho do professor da Educação Especial, responsável pelo Atendimento Educacional Especializado, com o do ensino comum e os demais educadores da escola. Também ressaltam a importância da parceria com a família e a elaboração de instrumentos que orientem a prática pedagógica do professor como, por exemplo, o planejamento educacional individualizado (PEI).

Dando continuidade, segue o artigo “Tecnologia assistiva no Atendimento Educacional Especializado (AEE) de estudantes com deficiência”, de Nesdete Mesquita Corrêa e Ana Paula Neves Rodrigues. O artigo aborda, a partir de uma investigação em andamento em dois municípios do interior do Estado do Mato Grosso do Sul (MS), a importância da tecnologia assistiva no AEE aos estudantes com deficiência. Segundo as autoras, independentemente das condições apresentadas pelos estudantes fica evidenciada a relevância do uso de variadas estratégias de ensino, sobretudo aquelas que

envolvam as tecnologias assistivas. As autoras evidenciam que tal aspecto pode se tornar, inclusive, um diferencial nas condições de permanência e de apropriação dos conhecimentos escolares por estudantes com ou sem deficiência.

O artigo “Organização e oferta do Atendimento Educacional Especializado para alunos com deficiência intelectual e múltipla na Baixada Fluminense”, de Márcia Denise Pletsch, Maíra Gomes de Souza da Rocha e Mariana Corrêa Pitanga de Oliveira, apresenta resultados de dois projetos de pesquisas sobre os caminhos encontrados por sete redes de ensino da Baixada Fluminense/RJ na organização e na oferta do Atendimento Educacional Especializado para alunos com deficiência intelectual e múltipla. As autoras mostram, a partir dos dados analisados em diálogo com os indicadores federais, como as redes têm estruturado suas políticas locais a partir das diretrizes federais e as propostas de escolarização adotadas para essa população. Os resultados evidenciam, entre outras dimensões, a presença de propostas segregadas como classes e escolas especiais e perspectivas curriculares fortemente marcadas pelo laudo médico. Igualmente, mostram o esforço das redes em ampliar as possibilidades de escolarização e de ampliação do suporte especializado para estes sujeitos, a partir da incorporação das diretrizes contidas no Plano Nacional de Educação em todos os Planos Municipais de Educação.

A “Organização e funcionamento do Atendimento Educacional Especializado na Educação Infantil em um município do interior de São Paulo: perspectivas dos professores itinerantes e professores regentes”, de autoria de Gabriely Cabestré Amorim e Rita de Cássia Tibério Araújo, descreve, sob a ótica dos professores, os padrões e arranjos organizacionais que estruturam a prática do AEE na Educação Infantil. Os resultados indicam que as propostas e práticas variam. Igualmente, mostram a falta de colaboração entre os profissionais que atuam junto aos alunos.

Os professores também foram os sujeitos do artigo “Diferentes sentidos do “NÃO”: vozes de professores em formação continuada sobre o tema inclusão”, de autoria de Mônica Pereira dos Santos e Leyse Monick Nascimento. O artigo, a partir das narrativas de professores de cinco municípios do Estado do Rio de Janeiro, discute o sentido atribuído pelos docentes ao termo “não”. Os resultados permitem compreender

as contradições e complexidades tecidas nas diferentes narrativas docentes sobre a inclusão escolar.

Esse mesmo tema foi discutido no artigo “Um contexto de inclusão escolar de estudantes surdos em escola regular no sertão Alagoano”, de autoria de Marily Oliveira Barbosa, Anderson Francisco Vitorino e Andreia Bezerra Dias. O texto analisa o ponto de vista de professores do Atendimento Educacional Especializado, do ensino comum e de alunos surdos, sobre o processo de inclusão. Um dos resultados indica a falta de profissionais intérpretes da Língua Brasileira de Sinais na classe comum, apesar do ensino no AEE focar no ensino de Libras.

O último artigo, “Ensino colaborativo: uma possibilidade no Atendimento Educacional Especializado”, de Patricia Braun e Marcia Marin, traz reflexões sobre as práticas pedagógicas que têm se configurado na proposta do Atendimento Educacional Especializado. Tendo por base experiências de ensino colaborativo desenvolvidas em duas instituições públicas do estado do Rio de Janeiro, as autoras procuram apresentar e discutir essa abordagem como uma possibilidade de AEE, para além da sala de recursos multifuncional. Ao descreverem o sistema do ensino colaborativo, estas destacam a importância da parceria entre professores para garantir o processo de inclusão escolar e sugerem mudanças significativas no fazer pedagógico que precisa ser pensado e sistematizado de forma colaborativa entre os envolvidos, em prol de um processo de ensino e aprendizagem que beneficie a todos os alunos.

Por fim, esperamos que os textos apresentados neste Dossiê possam contribuir não apenas com a produção de conhecimento no campo da Educação Especial numa perspectiva inclusiva, mas que possibilitem reflexões sobre a realidade social e educacional brasileira tão diversa e plural, sem desconsiderar as singularidades humanas.